

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Movimentos de mulheres são desafiados a ampliar as mobilizações

Instalada a Comissão Especial que dará início às negociações sobre a emenda à Reforma da Previdência, dia 24, redes e articulações nacionais dos movimentos de mulheres estão sendo convocadas a buscar – no âmbito dos estados - o apoio de parlamentares federais para as propostas que defendem.

Na reunião da Comissão Especial também foi anunciado novo prazo para recebimento das emendas ao projeto de reforma da Previdência do Governo Lula, já enviado ao Congresso Nacional. A data final estabelecida é o próximo 3 de julho.

A comissão pretende realizar audiências públicas para ouvir prioritariamente o Ministro Berzoini, governadores/as, centrais sindicais e a magistratura, mas não sinaliza até o momento para audiências com movimentos sociais, daí a necessidade dos movimentos de mulheres e demais movimentos ampliarem os canais de interlocução e pressão junto a parlamentares, em todos os estados.

Logo após audiências, a Comissão dará início ao debate do relatório do deputado José Pimentel, relator do projeto, que deverá aceitar algumas emendas à Proposta de Emenda Constitucional e propor diversos projetos de lei ordinária. Frente a isso, grupo de trabalho está organizando, na forma de emenda constitucional, as proposições das mulheres divulgadas no seminário do CFEMEA, no início do mês.

Fórum de Alagoas discute Previdência

O Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de Alagoas promoveu debate sobre a reforma da Previdência, no início do mês, focando as proposições das mulheres, a partir do projeto enviado pelo Governo ao Congresso Nacional. Silvia Camurça, secretária executiva da AMB falou sobre os debates realizados no Seminário "As Mulheres e a Reforma da Previdência, promovido pelo CFEMEA, e sobre a atuação da AMB neste contexto.

Presente ao debate, a prefeita de Maceió, Kátia Born, tratou das propostas e preocupações do Fórum Nacional de Prefeitos, considerando impactos nos municípios brasileiros. Além de reunir mulheres de entidades ligadas ao Fórum, o evento abriu a discussão para o público presente.

Estratégias das Mulheres para OMC

O Seminário da Rede Internacional Gênero e Comércio, realizado dias 23 e 24, trouxe ao Brasil especialistas feministas no debate sobre as rodadas de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Além de atualizar informações, o seminário divulgou o posicionamento da rede Rede Internacional de Gênero e Comércio – IGTN, incluindo as estratégias que estão sendo construídas a partir da Iniciativa *Mujeres Hacia Cancun*.

A Iniciativa, sediada no México, apresenta-se como espaço internacional de articulação dos movimentos de mulheres para incidência no contexto da V Reunião Ministerial da OMC, sendo fonte de informação para todas que desejarem participar das mobilizações. Para as mulheres da Iniciativa, Cancun é compreendido como um momento de um processo mais amplo de articulação da resistência feminista frente à liberalização do comércio.

A secretaria executiva da AMB, integrantes do Comitê Político Nacional e representantes de fóruns estaduais de mulheres, que estiveram presentes ao seminário, empenham-se agora em sistematizar os principais elementos dos debates ocorridos no evento. A perspectiva da AMB é contribuir para a elaboração de proposições que reposicionem estrategicamente as iniciativas de mobilização e interlocução feminista na luta contra o livre comércio. no Brasil.

Mulheres em Destaque

Nossas saudações a Edna Roland, presidente de honra do Fala Preta! e única mulher nomeada pela ONU, entre cinco especialistas eminentes, para acompanhar o cumprimento de políticas de combate ao racismo e à discriminação, nos países que subscreveram o documento final da III Conferência da ONU contra o Racismo (Durban, África do Sul - 2001). Edna fará o acompanhamento da América Latina e do Caribe, onde ela também representa a UNESCO, na coordenação de combate ao racismo e à discriminação racial.

DIREITOS HUMANOS

Conferência defende mais participação da sociedade no Conselho Nacional

Realizada de 11 a 13 de junho, com mais de mil participantes, a Conferência Nacional de Direitos Humanos foi encerrada com a carta "Por um Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos", e significou mais uma etapa no processo de formulação do sistema. No documento, os direitos humanos foram afirmados como a base da transformação que o Brasil precisa, tanto em relação ao modelo de desenvolvimento, como para o fortalecimento da democracia". A Carta repudia "justificativa para que ajustes macroeconômicos se sobreponham e restrinjam as políticas públicas de DH", salientando que isso deve ficar concretizado nos instrumentos de planejamento e orçamento, a exemplo do PPA.

Neste sentido, foi defendido o monitoramento permanente da sociedade civil. Assim, encontra-se dentre as proposições do grupo de trabalho que tratou da criação do Conselho Nacional, a inclusão de representantes da sociedade ligadas/os a organizações de mulheres, negras/os, crianças e adolescentes, indígenas, pessoas portadoras de deficiência, lésbicas e homossexuais. A participação da sociedade também é enfatizada desde as conferências estaduais, que vão definir delegadas/os para a próxima Conferência Nacional.

O próximo evento nacional tratará da criação do Sistema Nacional de Proteção de DH ou do que for construído através do "avanço processual" que será acompanhado por um grupo de trabalho, composto por representantes de todos os poderes públicos e de organizações da sociedade civil. Esse GT irá "coordenar e estimular o processo que haverá de ser consolidado através da realização, no próximo ano, da primeira conferência oficial e com poder deliberativo.

Caberá ainda ao grupo a tarefa de organizar seminários, sistematizar e amadurecer propostas da VIII Conferência, bem como propor – até dezembro – a metodologia das conferências estaduais, em sintonia com o próximo evento nacional.

Cidadania e Direitos Humanos

Falando em direitos humanos, a THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero recebeu, dia 24, o "Prêmio Herbert de Souza - Cidadania e Direitos Humanos" na categoria institucional. Nossos parabéns a esta organização feminista!

CEDAW

A VIII Conferência Nacional de Direitos Humanos também propiciou o lançamento nacional do documento "O Brasil e a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - Documento do Movimento de Mulheres para o Cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) pelo Estado Brasileiro: Propostas e Recomendações". Trata-se do Relatório da Sociedade Civil elaborado por Agende e Cladem com apoio de treze Redes e Articulações Nacionais de Mulheres Brasileiras. O Relatório Nacional Brasileiro ao Comitê da CEDAW, elaborado pelo governo brasileiro, será examinado na 29ª Sessão desse Comitê, em Nova York, no próximo dia 1º de julho.

O Comitê já recebeu o relatório alternativo da sociedade civil, que contribuirá para a posição do Comitê frente ao que será apresentado no relatório governamental. O relatório do movimento de mulheres sobre a CEDAW e seu anexo, a Plataforma Política Feminista, estão disponíveis - nos idiomas português, espanhol e inglês - nos sites da AGENDE, www.agende.org.br e do CLADEM, www.cladem.org, conforme divulgação do Boletim Agende.

CONtextos

Nesta edição, anexamos a "Declaracion a las Redes de Mujeres en America Latina", da Rede Internacional de Gênero e Comércio (IGTN), divulgada no Seminário "Estratégias das Mulheres para a OMC", realizado dias 23 e 24 deste mês (veja nota).

Fundamentalismos

A Campanha contra os Fundamentalismos já chegou à Columbia University, em Nova York, através de uma mesa redonda sobre direitos sexuais, coordenada pela feminista Charlotte Bunch (Center for Women's Global Leadership), com presença de Alice Miller (Law and Policy Project, CU) e Ayesha Iman (Mulheres vivendo sob leis Muçulmanas). O informe foi enviado por Lucy Garrido, da Articulación Feminista Marcosur.

Também neste mês de junho, a Coordenadora Executiva da "Coalición de Jóvenes" (Ottawa, Canadá), Patricia LaRue, solicitou integração à Campanha. A Coalizão prioriza a incidência política internacional e a capacitação de jovens no tema dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, articulando-se com redes regionais com as quais estão fortalecendo alianças.